



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS ARAGUATINS
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ENSINO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E
MATEMÁTICA**

JORLANDO FERREIRA ROCHA

**A LUTA POR DIREITO E AS BARREIRAS VIVIDAS PELAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS,
BRASIL.**

ARAGUATINS-TO

2022

JORLANDO FERREIRA ROCHA

**A LUTA POR DIREITO E AS BARREIRAS VIVIDAS PELAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS,
BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do
Tocantins, *Campus Araguatins*, como
parte das exigências para a conclusão do
Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em
Ensino de Ciências da Natureza e
Matemática.

Orientadora: Prof.^a Me. Maria Josinete
Araújo Costa

ARAGUATINS-TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

R672l Rocha, Jorlando Ferreira
A luta por direito e as barreiras vividas pelas comunidades
quilombolas da microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins, Brasil. /
Jorlando Ferreira Rocha. – Araguatins, TO, 2022.
32 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de
Ciências da Natureza e Matemática) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Araguatins, Araguatins,
TO, 2022.

Orientadora: Ma. Maria Josinete Araújo Costa

1. Quilombola. 2. Comunidade. 3. Território. I. Costa, Maria
Josinete Araújo. II. Título.

CDD 500

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Araguatins

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: A LUTA POR DIREITO E AS BARREIRAS VIVIDAS PELAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS, BRASIL

AUTOR: Jorlando Ferreira Rocha

ORIENTADORA: **Prof. Ma. Maria Josinete Araujo Costa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática.

Aprovado(a) em 18 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Josinete Araujo Costa, Servidora**, em 18/03/2022, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Saldanha Frantz, Servidor**, em 18/04/2022, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucinalva Ferreira, Servidora**, em 18/04/2022, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftoc.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1560291** e o código CRC **A8272913**.

À minha família: Minha mãe dona Raimunda Ferreira de França (in memorian) e meu pai Jorge Barros Rocha (in memorian), minha esposa Joselha Lima da Silva Ferreira e meus filhos Jorge Henrique Ferreira da Silva e Jhônatas Ferreira da Silva por me dá força para continua buscando novos conhecimentos, as famílias das comunidades quilombolas Ilha de São Vicente, Ciriáco, Prachata, Carrapiché que contribuíram para realização deste trabalho.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força e coragem para poder superar todos os obstáculos para que eu pudesse concluir mais uma etapa da minha vida.

Aos meus pais que mesmo de forma espiritual continuaram presente nesta caminhada, para que eu pudesse concluir mais esta jornada de minha vida acadêmica.

A minha esposa Joselha Lima da Silva Ferreira e meus Filhos Jorge Henrique Ferreira da Silva e Jhônatas Ferreira da Silva pelo amor, carinho, paciência e apoio nos momentos difíceis.

As famílias das quatro comunidades quilombolas do Extremos Norte do Tocantins que contribuíram de forma integral com os meus estudos, Ilha de São Vicente, Ciriáco, Prachata, Carrapiché.

Aos meus oito irmãos que sempre me apoiaram a continuar estudando é não desistir dos meus objetivos.

Ao meu grande amigo é parceiro de graduação em ciências biológicas Adailton Rodrigues é sua esposa Valéria e seus dois filhos Luiz é Ana Luiza que sempre estiveram presente direto é indiretamente no meu processo de formação.

A minha orientadora Professor Me. Maria Josinete Araújo Costa pela orientação e por todos os ensinamentos transmitidos e acima de tudo pela paciência e comprometimento por minha pessoa.

Ao meu orientador do Programa PPGCULT do Mestrado em Estudo de Cultura e Território da UFT Professor Dr. Vinicius Gomes de Aguiar pela paciência e sabedoria para me conduzir mesmo quando andava pela contramão da educação.

Ao IFTO, funcionários e demais professores que tive o prazer de conhecer mesmo que de forma remota na pós-graduação em Ciências da Natureza e Matemática, sempre serei grato por tudo a vocês, obrigado pela contribuição de cada um.

A todos os meus amigos que conquistei durante a formação de grupos, apresentação de trabalhos, troca de experiências mesmo por meio da tela do computador.

Muito Obrigado!

Quero ver colares, gritos, danças
e assumir como vestido agora
o manto brilhante do que vem,
o ato, o desacato, a consciência
e descobrir depois de tudo a luta pela
felicidade interior de ser negro.
(*O Arco-íris negro*, p. 41).

RESUMO

Historicamente as comunidades quilombolas no Brasil têm lutado por melhores condições de vida, os quilombolas localizados no extremo norte do Tocantins, região do Bico do Papagaio, vislumbram na Certificação da Fundação Cultural Palmares uma porta capaz de promover o desenvolvimento. Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de pesquisar a partir de questionário e diálogo com as comunidades os avanços e entraves dos processos comuns ocorridos nas últimas décadas. De acordo com os resultados obtidos, é notório a ausência de políticas públicas nos territórios quilombolas mesmo após a certificação e que apesar das comunidades conseguirem realizar momentos místicos ou outros momentos culturais os relatos demonstram que com ou sem a criação da associação são poucas as organizações governamentais e não governamentais no bico do papagaio que procuram as comunidades para promover ações que melhore a qualidade de vida das famílias.

Palavras-chaves: Quilombola, comunidade, território, políticas públicas.

ABSTRACT

Historically, quilombola communities in Brazil have fought for better living conditions, the quilombolas located in the extreme north of Tocantins, in the Bico do Papagaio region, see in the Palmares Cultural Foundation Certification a door capable of promoting development. Faced with this reality, the need arose to research, through a questionnaire and dialogue with communities, the advances and obstacles of common processes that occurred in recent decades. According to the results obtained, the absence of public policy in the quilombola territories is notorious even after certification and that despite the communities being able to perform mystical moments or other cultural moments, the reports show that with or without the creation of the association, there are few governmental organizations and non-governmental organizations in the parrot's beak that look to communities to promote actions that improve the quality of life of families

KEYWORDS: Quilombo0la, community, territory, public policies

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Bico do Papagaio	16
Figura 2 - Comunidade Prachata.....	17
Figura 3 - Acesso à comunidade Prachata.....	26
Figura 4 - Reunião na comunidade Ciriáco	28
Figura 5 - Reunião da Comunidade Quilombola.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Legislações que tratam dos direitos assegurados aos povos quilombolas	26
--	-----------

LISTA DAS SIGLAS

APA-TO – Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins

ATA - Articulação Tocantinense de Agroecologia

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CESE- Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

COEQTO- Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FABIC – Faculdade do Bico

FAIARA – Faculdade Integrada de Araguatins

FBB - Fundação Banco do Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ITERTINS - Instituto de Terras do Tocantins

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOQUIBOM - Movimento Quilombola do Maranhão

MPT - Ministério Público do Trabalho

Naturatins - Instituto Natureza do Tocantins

UFT - Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do diálogo com as comunidades quilombolas Ilha São Vicente, Prachata, Carrapiche e Ciriaco, localizadas no extremo Norte do Tocantins, mais conhecida como a região do Bico do Papagaio, e expõem os resultados obtidos através da observação e aplicação de questionários semi estruturados direcionados aos líderes das comunidades, onde foi possível verificar as conquistas obtidas após a certificação pela Fundação Cultural Palmares, bem como os empecilhos que o grupo se depara para o fortalecimento dos territórios.

O Decreto 4.887/2003, considera-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Segundo Lopes (2019, p. 53) a microrregião do Bico do Papagaio, está localizada na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, está delimitada a oeste com o Pará e a leste com o Maranhão. A proximidade com esses estados ao longo da história influenciou o modo de vida da região nos aspectos tanto econômicos quanto sociais e culturais. Esta microrregião é formada por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

A luta pela terra no país não é atual, e data desde o princípio de sua existência como colônia, onde os índios foram expulsos de suas terras, as pessoas negras foram impossibilitadas de ter acesso à terra, mesmo quando se tornaram livres, e os camponeses continuam tendo seu direito à terra negado e consequentemente suas condições dela sobreviverem.

No que se refere aos territórios quilombolas do extremo Norte do Tocantins, a luta pela regularização não é diferente, apesar das lideranças já terem participado de vários fóruns quilombolas com a presença do INCRA, MPF, Naturatins, ITERTINS, COEQTO, APA-TO e outras diversas instituições auxiliando a regularização do território, apenas a comunidade Ilha São Vicente conseguiu

avancar nesse quesito, as demais comunidades Ciriáco, Carrapiché, Prachata, até o momento só conseguiram realizar o CAR (Cadastro Ambiental Rural) com apoio da COEQTO - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins, APA-TO Alternativa Para Pequena Agricultura No Tocantins.

Em relação ao território, Saquet (2015, p. 24), apresenta a seguinte perspectiva: “O território significa natureza e sociedade; economia; política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade”.

A luta pela terra é sem dúvida um fenômeno histórico e que se acirra à medida que o sistema capitalista afasta trabalhadores, homens e mulheres do campo de seus territórios. Sousa (2019) ainda afirma que milhares de trabalhadores do campo lutaram (e continuam lutando) para obterem acesso à terra, bem como às condições necessárias para que nela e dela possam sobreviver com dignidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Em diálogo com as comunidades e direto na fonte buscou-se compreender como emerge as relações nos diferentes espaços, como afirma Callai (2005, p. 228).

“Uma forma de fazer a leitura do mundo é por meio da leitura do espaço, o qual traz em si todas as marcas da vida dos homens. Desse modo, ler o mundo vai muito além da leitura cartográfica, cujas representações refletem as realidades territoriais, por vezes distorcidas por conta das projeções cartográficas adotadas. Fazer a leitura do mundo não é fazer uma leitura apenas do mapa, ou pelo mapa, embora ele seja muito importante. É fazer a leitura do mundo da vida, construído cotidianamente e que expressa tanto as nossas utopias, como os limites que nos são postos, sejam eles do âmbito da natureza, sejam do âmbito da sociedade (culturais, políticos, econômicos).”

Neste contexto perceber a forma de vida dessas comunidades relatar o comum vivido por elas é sem dúvida trazer à tona não só uma forma de resistência mais diversas, porém como nós chama atenção Dardot e Larval (20xx).

“Identificar no comum o princípio das lutas atuais contra o capitalismo, e isso em todo o mundo, impõe-nos explicar, antes de tudo, o que entendemos por *comum*. O uso extensivo do adjetivo “comum” nas expressões “bem comum” ou “bens comuns” poderia levar a pensar que ele quer dizer tudo, que todo mundo pode reivindicá-lo: no fundo, seria uma daquelas “palavras de borracha” das quais falava Auguste Blanqui a propósito da “democracia”. Estaríamos lidando com uma palavra insignificante, um não conceito, um termo, no fundo, sem nenhum interesse.”

Sendo assim, o fato das famílias se auto identificar como comunidades quilombolas afirma todas as relações apontadas como terra de uso comum, segundo (ALMEIDA, 1989, p.173) conceito a seguir refere-se a terra de uso comum e “[...] laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes”. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob a acepção corrente de “terra comum”.

O Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003 no seu artigo 2º § 1º garante o direito à auto identificação, no entanto para que as comunidades

quilombolas acessem as políticas públicas nas áreas de educação, saúde, moradia, regularização fundiária e outras, é exigido o reconhecimento através da certificação das comunidades remanescentes, como sendo verdadeiramente quilombolas, o que é realizado pela Fundação Cultural Palmares através de uma Certificação de Identificação de Comunidades Quilombola (APA-TO, 2012).

Figura 1 - Mapa do Bico do Papagaio



O Bico do Papagaio teve uma década marcante para as comunidades quilombolas do Tocantins, pois em praticamente cinco anos, de 2010 a 2015, quatro comunidades (Figura 1) foram reconhecidas enquanto quilombolas pela Fundação Cultural Palmares, das quais duas estão localizadas às margens do Rio Araguaia (Ilha São Vicente e Ciriáco) e duas às margens do Rio Tocantins (Prachata, Carrapiché), o que mudou a história dessa região, possibilitando a visibilidade dessas comunidades, não apenas como povos ribeirinhos, mas como parte formadora da história, cultura e construção das cidades da região.

O reconhecimento da comunidade quilombola da Ilha São Vicente, localizada no município de Araguaína – TO, foi um marco importantíssimo, ocorreu no dia 27 de dezembro de 2010 pela Fundação Cultural Palmares. O processo de luta e resistência da comunidade é secular e a posse do território da ilha dada aos ex-escravos como forma de pagamento, dúvida uma das maiores conquistas da comunidade. O território tornou-se um espaço sagrado, de proteção para as famílias

e de preservação de seus ritos e cultura, como é o caso das festividades que envolvem o Dia de São José, santo de devoção da comunidade.

Já o reconhecimento das Comunidades Prachata, Ciriáco e Carrapiché do município de Esperantina – Tocantins, aconteceram em 03 de dezembro de 2014, por meio da Portaria Nº 191, do dia 02 de dezembro de 2015, publicado no D.O.U, no dia 03 de dezembro de 2015.

Figura 2 - Comunidade Prachata.



Fonte: APA-TO, 2021.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A proposta escolhida para a realização deste trabalho foi o estudo de caso. Segundo Yin (2001) trata-se de uma forma de se fazer pesquisa investigativa de fenômenos atuais dentro de seu contexto real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas. Além de outros autores que nos alicerçam como Gil (2005) que diz:

“O estudo de caso não apresenta uma estrutura rígida para sua delimitação, mas, é possível definir quatro fases que demonstram seu delineamento. Iniciando com a delimitação da unidade-caso; coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório final.”

O presente trabalho é fruto do diálogo com as comunidades remanescentes quilombolas do Bico do Papagaio e expõe os resultados obtidos através da observação e aplicação de questionários semiestruturados, direcionados aos líderes locais, onde buscou-se verificar quais foram os avanços obtidos, bem como o surgimento de empecilhos que prejudicam o fortalecimento dos territórios, mesmo após serem reconhecidas enquanto quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os quilombolas, as ações de políticas públicas ainda continuam pouco presentes nos territórios quilombolas. A lentidão na chegada de algumas políticas públicas tem forte relação com a morosidade na regularização fundiária do território, pois apenas a comunidade Ilha São Vicente conseguiu avançar, pois obteve o reconhecimento através da Portaria nº 1.080 no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de junho de 2020, onde Incra Considerando diversos Artigos, Decretos, RTID, Portarias, aprovação de ATA, por fim, tudo o quanto mais consta dos autos dos Processos Administrativos INCRA/SR-26/UF nº 54.400.001430/2011-26, reconhece e declara como terras da comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente, a área de 2.502,0437 hectares, localizada no município de Araguatins - Tocantins (BRASIL, 2020). Neste sentido, a comunidade aguarda a restituição da terra, anteriormente invadidas por grileiros.

As políticas públicas focadas nos quilombolas são norteadas por ações afirmativas, políticas estas que buscam corrigir a desigualdade racial, implementadas a partir dos anos 2000, aplicadas por meio da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e também da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR). Para as comunidades quilombolas do Bico do Papagaio, apesar de pequenos avanços após a certificação, já se pode perceber algumas melhorias nas comunidades.

A Comunidade Prachata localizada em uma ilha do Rio Tocantins, fica a cerca de 12 km da sede do município de Esperantina. Assim como tantas outras comunidades quilombolas, sofre com os processos de ocupação de forma irregular, já que aos poucos têm suas terras invadidas por terceiros, que edificam e as comercializam, inclusive com a sobreposição de títulos pelo INCRA, criando em parte do território um projeto de assentamento denominado Lago da Umbaúba. Nessa situação o processo de certificação poderá fortalecer a luta da comunidade pelo território.

No que se refere a educação dentro do território os desafios ainda são enormes, pois as crianças e jovens continuam estudando na cidade. Na maioria dos

casos as famílias mudam-se para cidade para os filhos possam ter acesso a educação, devido à dificuldade no deslocamento até a escola.

Após a Certificação pela Fundação Cultural Palmares, facilitou a participação e o acesso dos jovens a cursos técnicos profissionalizantes voltados para agroecologia e às universidades públicas. Porém os que conseguiram entrar na universidade não conseguiram ter acesso a bolsas permanência, o que dificulta a continuidade nos estudos.

A inexistência de unidade de Saúde no local, agentes de saúde e a dificuldade de deslocamento para poder ter acesso a atendimento médico e a serviços de saúde foram apontados pela comunidade como fatores que dificultam a permanência no território, pois esse trajeto até o município de Esperantina, se torna difícil e financeiramente inacessível para muitos.

A falta de energia elétrica é outro aspecto negativo na vida da comunidade, especialmente os jovens e crianças que utilizam equipamentos eletrônicos para realizar suas atividades escolares, principalmente no período das aulas remotas. Apenas algumas famílias da comunidade conseguem suprir essa necessidade, instalando uma ou duas placas solares, para que tenham acesso à iluminação noturna.

Além disso, o processo de construção da moradia demanda mobilização, tempo e recursos financeiros, pois alguns materiais como madeira e palha da palmeira babaçu estão escassos. Neste sentido, a comunidade nunca recebeu nenhum tipo de apoio para realização de suas moradias, o que faz com que apenas algumas famílias consigam viver dentro do território.

Apesar das dificuldades, as famílias conseguem manter todos os seus sistemas de produção ativos, tanto o coletivo no caso do gado, quanto aqueles individuais como a roça de vazante, roça de toco, criação de porco, galinha, sítio e por último com apoio de um projeto do MPT, executado pela APA-TO e COEQTO em que a comunidade conseguiu construir uma casa de farinha que trouxe de volta a produção deste gênero alimentício.

Diferente das outras três comunidades do Bico (Ciriáco, Carrapiché e Ilha São Vicente) com a área de produção reduzida, a comunidade Prachata possui uma das maiores áreas de produção, na qual as famílias desenvolvem seus sistemas produtivos individuais e comunitário, no caso da criação de gado deixado pela matriarca. Além disso, o fato do território ser cercado por água favorece o manejo

com as criações e a pesca, meio de produção da maioria dos moradores do território.

Mesmo sabendo da importância da associação para a gestão do território, a comunidade Prachata acredita ser necessário mais discussão sobre sua criação. Acreditam que a partir do momento da criação, as famílias devem ser preparadas para a gestão política e financeira.

De acordo com as famílias, o processo de comunicação dos membros da associação acontece tanto de forma oral, quanto por meio do WhatsApp, apesar de algumas pessoas acessarem outros tipos de redes sociais, não existe nenhuma outra forma de comunicação criada exclusivamente para essa finalidade.

Lideranças e comunidade participam de diversos espaços como fórum, oficinas, palestras, articulações regionais. Os jovens da comunidade participam do GT da Juventudes do Bico, Jovens em comunicação, Rede Bico agroecológico, a comunidade participa de espaços principalmente articulados pela COEQTO, APA-TO, CPT, EFA - Padre Josimo, para as famílias é através dessas parcerias e participação que a comunidade tem conseguido nos últimos anos maior visibilidade.

No que se refere aos trabalhos de pesquisa a comunidade não sabe relatar a quantidade de publicações, mas afirma ser pequena a quantidade de pesquisadores que já escreveram sobre a história da comunidade. Sendo que as duas jovens da comunidade que conseguiram ter acesso a universidade e que poderiam realizar algum tipo de pesquisa, acabaram desistindo dos estudos por dificuldades financeiras e falta de acesso a políticas de permanência na universidade.

Quanto aos projetos de intervenções, eles afirmam que são poucas as instituições governamentais e não governamentais que procuram a comunidade para realizar algum tipo de trabalho neste sentido, após a certificação, afirmam já terem participado apenas de projetos de intervenções realizados pela ONG, APA-TO como o Jovens em comunicação e projeto produtivo agroecologia.

Para a comunidade Carrapiché no Rio Tocantins, a certificação trouxe melhorias para a vida dos moradores, como a oportunidade de implementação de projetos produtivos. Mesmo para as famílias que não tem área de produção e

dependem da solidariedade do patriarca da comunidade em disponibilizar terra para a implementação dos sistemas produtivos e outros tipos de atividades.

No que se refere a educação as mudanças também são pequenas, pois as crianças continuam se deslocando até a sede do município para conseguir estudar e quando retornam para a comunidade não recebem nenhum tipo de atendimento. Um avanço é a participação de uma jovem da comunidade na escola família agrícola Padre Josimo, porém não existe nenhum suporte que possa contribuir para o deslocamento da jovem até a escola. Esse é um grande desafio para a permanência da jovem, que conta com ajuda de pessoas da comunidade para realizar o trajeto.

Apesar de maior acesso nas universidades públicas, até o momento nenhum jovem saiu da comunidade para fazer o curso superior, recebendo bolsa, auxílio ou qualquer outro tipo de ajuda do governo federal, estadual ou municipal.

Outra dificuldade encontrada é a falta da posse da terra, pois mesmo a comunidade detendo o conhecimento e a matéria prima para a construção e melhoria de suas casas, que comumente são edificadas em tábuas, barro e cobertura de palha, não podem realizá-las, pois dependem da autorização de outras famílias que detêm a posse da terra.

No que se refere a criação da associação da comunidade Carrapiché, relatam que após vários debates, conseguiram avançar e criar a associação. Porém outro desafio a ser superado é a pouca experiência na gestão da associação.

Já no campo das pesquisas, as famílias destacam a presença de algumas visitas de pesquisadores, porém são poucos os trabalhos publicados que tratam da vida da comunidade. Destacam ainda que as universidades e pesquisadores estão mais nos grandes centros, como Imperatriz, de onde a comunidade já recebeu alguns pesquisadores.

Com poucas intervenções de entidades e instituições que as procuram para realizarem algum tipo de trabalho neste sentido. Mesmo após a certificação, as famílias afirmam terem participado apenas de projetos de intervenções realizados

pela ONG, APA-TO e COEQTO com recurso do MPT para projeto produtivo de agroecologia.

Para as famílias da comunidade Ciriáco, no aspecto da saúde até o momento não houve nenhuma mudança, pois a comunidade precisa se deslocar para sede do município para realizar suas consultas de rotina. Ainda não possui agente de saúde fixo na comunidade, ocorrendo visitas esporádicas, sendo na maioria das vezes apenas para atualizar o cadastro do cartão das famílias, que é feito uma vez por ano.

No aspecto da educação também não houve nenhum avanço dentro da comunidade, o que levou muitas famílias migrar para as cidades devido às dificuldades. Hoje não tem mais nenhum jovem que mora na comunidade que estejam estudando, neste sentido não existe nenhum outro tipo de perspectiva para os jovens no município de Esperantina a não ser ir embora da cidade a procura do curso almejado ou até mesmo parar de estudar e tentar uma vaga no mercado de trabalho.

Um ponto positivo na região foi a criação da EFA Bico Padre Josimo que sempre abre oportunidades para que quilombolas das comunidades possam estudar e fazer um curso profissionalizante no campo da agroecologia, o que ajuda no fortalecimento da comunidade. Apesar da possibilidade da inserção dos jovens na universidade pública por meio das cotas, até o momento nenhum jovem da comunidade está cursando o nível superior ou recebendo qualquer tipo de auxílio.

Quanto ao processo de moradia da comunidade Ciriáco, as famílias relatam nunca terem sido contempladas ou beneficiadas com a construção de casas. As construções existentes foram feitas com recursos próprios, e os que não possuem condições financeiras, acabam por não construí suas moradias, pois a matéria prima e madeira dentro da comunidade é escassa, o que dificulta a realização dessas construções.

Ainda não existe oficialmente a Associação da Comunidade Ciriáco, porém por meio das diversas reuniões da comunidade com apoio da COEQTO e também por conta própria, foi decidido após quase sete anos, pela criação da associação. O seu estatuto já está criado e aprovado em reunião e sua diretoria já

foi definida. Atualmente só falta enviar para o cartório e registrar junto à receita federal, constituindo assim uma pessoa jurídica que possa responder pela comunidade.

A luta pelo território é contínua. Práticas produtivas, encontros, confraternizações, atividades religiosas como celebração de Nossa Senhora Aparecida e outras diversas formas de resistência são realizadas periodicamente com objetivo de fortalecer o território e manter viva todas as práticas repassadas por seus ancestrais.

Na Ciriáco pouquíssimos trabalhos de pesquisa que tratam sobre a forma de vida da comunidade foram realizados. Acreditam que o fato de estarem distante das universidades e terem poucos jovens no ensino superior, dificultam a realização dessas práticas. O trabalho mais utilizado como referência é o realizado pela comunidade em parceria com a COEQTO, APA-TO e a equipe da nova cartografia social da Amazônia.

No que se refere aos projetos de intervenções a comunidade afirma que nunca foi procurada por nenhuma outra organização ou instituição que queira implantar qualquer tipo de projeto de intervenção, com exceção do Projeto UBUNTU de agroecologia, apoiado pelo MPT e executado pela APA-TO e COEQTO, porém a comunidade está aberta para conversar com outras instituições que buscam fazer parcerias como a da EFA Bico.

O processo de luta e resistência da comunidade Ilha São Vicente apesar de ter se intensificado após a certificação da Fundação Cultural Palmares é bem anterior a esse acontecimento, e desde a conquista da ilha como forma de pagamento, a comunidade tem buscado a preservação cultural e mística, sempre celebrando o dia de São José, não só como devoção, mas como forma de resistência.

Com a criação da associação e certificação da comunidade em 2010, o processo de organização só veio a se intensificar, não só pela necessidade de garantir o território que historicamente pertence aos quilombolas, mas também como forma de garantir direitos culturais, sociais, ambientais e políticos.

A criação da associação e certificação não só aproximou os quilombolas da Ilha São Vicente em um processo de organização, como também permitiu que

famílias que haviam migrado para a cidade, retornassem para viver e produzir no território da Ilha.

Os jovens quilombolas da Ilha São Vicente são elo entre a comunidade e as instituições de pesquisa, o que contribui no processo formativo e também no desenvolvimento político, cultural, social e ambiental da comunidade. Como exemplo, destaca-se o enriquecimento bibliográfico da comunidade, que favorece a luta no território; as pesquisas realizadas nas mais diversas áreas de conhecimento e nível de formação (são mais de 20 pesquisas realizadas dentre artigos, trabalhos de graduação, dissertação de mestrado e tese de doutorado), o que contribui para a orientação da comunidade e agentes externos.

A certificação pela Fundação Cultural Palmares, facilitou a participação e o acesso dos jovens a cursos técnico profissionalizante e as universidades públicas e privadas, nos diversos cursos: Direito, Jornalismo, Ciências Biológicas, Enfermagem, Agronomia, Ciências da Computação, Matemática, Letras e Pedagogia. Para as famílias da Ilha São Vicente, deu-se início a aproximação com diversas organizações governamentais e não governamentais com IFTO, UFT, FABIC, FAIARA, APA-TO, CPT, MOQUIBOM, REDE BICO AGROECOLÓGICO, ATA, CESE, PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, CONAQ e COEQTO. A partir do contato e articulação com essas e outras organizações, pesquisadores, assessores, lideranças dos diversos movimentos sociais em espaços como encontros, oficinas, visitas de intercâmbio, FÓRUM quilombola e as universidades, foi o que possibilitou o surgimento dos avanços que se pode detectar na comunidade.

Outro aspecto bastante relevante e que fortalece o desenvolvimento da comunidade, foram os projetos produtivos voltados para as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas comunidades e realizados pela COEQTO e APA-TO com apoio das instituições como: BNDES, Fundação Banco do Brasil, MPT (Ministério Público do Trabalho)

Para as famílias que viveram no escuro por décadas, a chegada da energia elétrica foi um marco importante, pois contribui não só para o retorno de várias famílias, como também a permanência das que aqui vivem.

Algumas famílias por já terem fonte de renda na cidade e moradia estabelecida não vivem na comunidade, mas isso não significa que perderam a relação com o território. Estas não só participam da associação na luta por direito,

como também estabelecem o sistema produtivo como forma de luta e resistência no território.

Apesar de alguns pontos positivos, ainda existem muitos desafios para que se garanta de forma efetiva os direitos quilombolas como a burocracia institucional, falta de profissionais especializados e uma infraestrutura adequada nos órgãos responsáveis em garantir a efetivação de tais direitos. Outros problemas como serviços públicos essenciais de baixa qualidade, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo o interesse do poder público dificultam a garantia de tais direitos (SILVA, 2018 p. 121).

A ausência de políticas públicas nos territórios quilombolas do Bico do Papagaio podem ser observadas mesmo antes de se chegar a estes, pois algumas vezes é preciso correr riscos, caminhando por dentro da água devido à falta de estrada e transporte adequado. Por serem comunidades ribeirinhas, algumas demandam uma complexa logística no deslocamento, seja por via terrestre ou por embarcações para se deslocarem no rio.

Figura 3 - Acesso à comunidade Prachata



Fonte: APA-TO, 2020.

De acordo com as comunidades, as legislações que tratam dos direitos assegurados aos povos quilombolas, precisam ser implementadas com mais rapidez, pois irão melhorar a qualidade de vida das famílias quilombolas.

Tabela 1 - Legislações que tratam dos direitos assegurados aos povos quilombolas

Leis	Objeto
I art. 68 do Ato das Disposições	Reconhece o direito de propriedade

Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;	das comunidades quilombolas aos seus territórios;
II – Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;	Garante os direitos culturais sobre os bens materiais e imateriais;
III – Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003;	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;
IV – Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, aprovada pelo Congresso Nacional mediante o Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004;	Reconhece o direito a auto-identificação e as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas;
V – Decreto nº 6.040, de 7 e fevereiro de 2007;	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
VI – Instrução Normativa nº 57 do INCRA, de 20 de outubro de 2009;	Regulamento o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas.

Fonte: APA-TO, 2012.

Os processos de organização das comunidades remanescentes de quilombolas sempre aconteceram em torno dos festejos de São José, Nossa Senhora Aparecida, São Domingos, Espírito Santo ou outros momentos místicos, na maioria das vezes coordenados pelos líderes religiosos das comunidades com a contribuição de todos. Porém com a perda de vários líderes religiosos, matriarcas,

patriarcas das comunidades, as famílias quilombolas acreditam ser necessário a criação de uma associação para facilitar o processo de organização, mobilização e captação de recursos.

Todavia, os quilombolas mais idosos, que até então conduziam os festejos, acreditam que os jovens devem assumir a associação, para isso é necessária maior organização para lidar com os aspectos burocráticos da gestão, porém algumas comunidades ainda têm resistência em aceitar a criação da associação, pois acreditam ser difícil a constituição e condução da entidade. Situação comum a duas comunidades (Ciriáco e Prachata), que buscam contornar através de debates e reuniões para adesão ao projeto da associação (Figura 5).

Figura 4 - Reunião na comunidade Ciriáco



Fonte: APA-TO (COEQTO), 2020.

Apenas duas quilombolas possuem a associação criada e registrada, a Ilha de São Vicente e Carrapiché. Contudo, as comunidades do Bico do Papagaio têm percebido ao longo de sua trajetória, que a formalização jurídica das associações dos remanescentes de quilombolas não é parâmetro primordial ao acesso de algumas políticas públicas, principalmente relacionadas à educação, saúde, agrária. Porém sua formalização é necessária para que as comunidades consigam avançar no processo fundiário. Nesse sentido, é necessária uma pessoa jurídica constituída, para que a titulação do território seja em nome da associação devido o território ser de uso coletivo.

O princípio do comum que emerge hoje dentro de todos os movimentos sociais deve tornar possível essa articulação: ele não se

opõe em nada ao público, mas não se define mais em termos de “propriedade”. Mais precisamente, ele retém aquilo que, no que é público, destaca a destinação social e não apenas a forma jurídica de propriedade. (LAVAL e DARDOT, 2015, p. 270)

Para que a associação seja formalizada é necessário consenso entre os quilombolas. Neste contexto o processo de comunicação das comunidades tem acontecido, seja através de reuniões dos grupos familiares ou da associação nas comunidades que possuem a entidade, contando, ainda com o apoio externo técnicos de Organizações Não-governamentais (ONG's), movimentos sociais, instituições públicas, privadas e população em geral.

No que se refere às relações sociais verificou-se uma forte ligação das comunidades com a cidade de Marabá – Pará, o que levou muitos a migrarem para Marabá em busca de trabalho, e posteriormente com o desenvolvimento do estado do Tocantins, a locais como Araguatins e Esperantina, o que fez alguns quilombolas se mudarem para essas localidades.

Neste contexto, as intervenções culturais e sociais acontecem nas idas e vindas de pessoas internas e externas das comunidades, nos mais diversos espaços de formação e comunicação. Além disso, os membros destas participam de algumas organizações, dentre projetos e pesquisas. Para as famílias essas ações são importantes, pois os projetos de intervenções e pesquisas são instrumentos de capacitação e fortalecimento. Uma maior quantidade de ações é contabilizada e identificada na Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente.

Figura 5 - Reunião da Comunidade Quilombola



Fonte: APA-TO (COEQTO), 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstrou que apesar de importante, o processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, a certificação e a constituição da associação por si só, não é suficiente para que os grupos comunitários sejam vistos como autores de direito e por conta própria consigam articular todos os processos comuns no território, que deveriam ser garantidos pelo estado democrático. Assim, todos os valores sociais, culturais, históricos e econômicos dos remanescentes de quilombolas ainda são de certa forma, utópicos.

Enfim, espera-se que este trabalho sirva como referência e instrumento de luta das quatro comunidades do Bico do Papagaio e como objeto sensibilizador das organizações governamentais e não governamentais que prezam pela garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALTERNATIVAS PARA PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS. **Os Territórios Quilombolas**. V.1, p.19, Palmas, agosto 2012

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria Nº 1080, de 8 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de jun. 2020. 117 ed., seção 1, p. 13.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: Acesso em: 26 fevereiro 2022.

COELHO, L.B. **Relatório Técnico Sobre a Comunidade da Ilha de São Vicente – Araguatins -TO**. Palmas, novembro 2010.

HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

FUINI, L.L. O território em Rogerio Haesbaert: concepções e conotações. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), nº1, p. 19-29

KUNSCH, M. M. K. A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas. **Media & Jornalismo**, [S. l.], v. 18, n. 33, p. 13-24, 2018. DOI: 10.14195/2183-5462_33_1. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_33_1. Acesso em: 8 jan. 2022.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. Tradução de Naira Pinheiro dos Santos. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 27, n. 1, jun. 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/4hXdzg3bnLcjTBsBVz9rzxy/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 05 jan. 2022.

LOPES, R. C. D. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins**. 2019. 301 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: < <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34263> >. Acesso em: 08 jan. 2022.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAQUET, M.A. Abordagens e concepções de território. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAQUET, M.A. Por uma Geografia das territorialidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SILVA, A. R. F. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Revista de Ciências Sociais**, nº 48, p. 115-128, jun. 2018. Disponível

em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/27650/20480>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SOUSA, J. M. M. Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 176-191, Dossiê, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/8742/6130>. Acesso em: 08 jan. 2022.~

SOUSA, J. M. M. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da Reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 2009. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5426>. Acesso em: 08 jan. 2022.